



CÂMARA MUNICIPAL DE  
VIANA DO ALENTEJO

_____
_____
_____

## ATA N.º 09/2023

REUNIÃO EXTRADINÁRIA DE CÂMARA DE 18/04/2023

### PRESENCAS

PRESIDENTE: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES  
VEREADORES: SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU  
MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA  
LUIS CARLOS ZORRO FERREIRA MENDES  
JOAQUIM MARIA PINTO BENTO

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

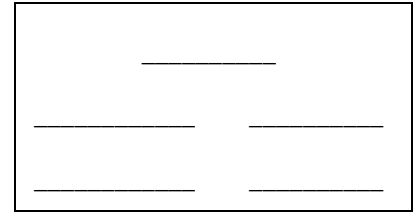
HORA DE ENCERRAMENTO: 16:45 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

### RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

CAIXA .....	€
FUNDOS DE MANEIO .....	€
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO .....	€
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS .....	€
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA .....	€
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO .....	€
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS .....	€
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS .....	€
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA .....	€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530-FEDER .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950 .....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00207142150 .....	€
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579668 .....	€
B.T.A. – CONTA N.º 0018/10814784001 .....	€
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579743 .....	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 .....	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 .....	€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 .....	€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES .....	€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....	€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....	€



A Senhora Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, presidindo à mesma, em substituição do Senhor Presidente, dado que este se encontra doente. -----  
Estiveram também presentes a Senhora Vereadora Sara Cristina Cupido Carmo Grou, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Salsinha das Neves Garcia, em substituição do Senhor Vereador Miguel José Fonseca Bentinho; o Senhor Vereador Luís Carlos Zorro Ferreira Mendes, em substituição do Senhor Vereador António Francisco Costa da Silva e o Senhor Vereador Joaquim Maria Pinto Bento, em virtude do Senhor Presidente da Câmara ter sido substituído pela Senhora Vice-Presidente. -----

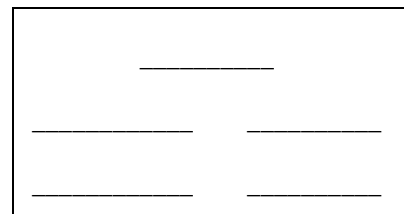
A ordem de trabalhos desta reunião é a seguinte: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
2. Proposta do pedido de autorização para apresentação de candidatura da Operação “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas”, no âmbito do Aviso nº ALT20 -17-2022-05; -----
3. Proposta de aprovação do Projeto de execução referente à candidatura da Operação “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas”, no âmbito do Aviso nº ALT20 -17-2022-05; -----
4. Proposta de aprovação de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Alcáçovas; -----
5. Proposta de aprovação de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Viana do Alentejo; -----
6. Proposta de emissão de parecer favorável relativo à constituição de compropriedade (Prédio Rústico denominado Vinha Velha); -----
7. Proposta de emissão de parecer favorável quanto à revisão do plano da Pedreira “João Marques 2”, sita em Viana do Alentejo; -----
8. Proposta de ratificação da 7ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
9. Proposta de ratificação da 6ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
10. Proposta de aprovação da 8ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
11. Proposta de aprovação da 7ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
12. Proposta de aprovação da 6ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
13. Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022. -----

Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos: -----

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta**- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.-----

**Ponto dois) Proposta do pedido de autorização para apresentação de candidatura da operação “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas”, no âmbito do Aviso nº ALT20 -17-2022-05; -----**



A Senhora Vice-Presidente, relativamente a este ponto, solicitou à Técnica Vanda Viriato, afeta ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, que fizesse o respetivo enquadramento. Esta técnica referiu que está a ser preparada a candidatura ao Programa Operacional Alentejo 2020, para obtenção de financiamento destinado à Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas, ao abrigo de um aviso de transição deste quadro comunitário para o próximo. Disse esta técnica que o investimento total elegível é de 1 745 000,00€ (um milhão setecentos e quarenta e cinco mil euros), acrescido de IVA, sendo de 22 meses o prazo previsto para a requalificação da escola. Acrescentou que o prazo limite para submissão da candidatura é o dia 28 de abril corrente, sendo expectável que se consiga efetuar a submissão antes dessa data. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, em representação da Vereação do Partido Socialista, manifestou uma grande satisfação pela possibilidade de ser submetida uma candidatura destinada à obtenção de financiamento para a requalificação da Escola Básica de Alcáçovas. Disse esta Vereadora que a referida escola foi construída há 25 anos, não tendo sofrido, desde então, qualquer intervenção, pelo que já necessita dela. Disse que em dias chuvosos é muito difícil manter as crianças dentro do edifício e que os equipamentos existentes no espaço de recreio já ultrapassaram a respetiva vida útil, limitando-se as crianças a brincar nas “barreiras”. Quanto ao interior do edifício, disse ainda esta Vereadora que as salas do pré-escolar são insuficientes, havendo inclusive uma sala a funcionar fora do edifício, num modular. --

A Senhora Vereadora Sara Grou fez votos de que a candidatura em causa seja muito bem-sucedida, ficando este Concelho a dispor de um equipamento requalificado, graças à possibilidade de se poder beneficiar de financiamento comunitário, na transição entre Quadros Comunitários de Apoio. -----

O Senhor Vereador Luis Mendes, saudou a iniciativa do Município ao apresentar uma candidatura para obtenção de financiamento destinado à requalificação da Escola Básica de Alcáçovas. Este Vereador recordou que esta escola foi considerada como urgente, à data em que foi publicada uma listagem com as escolas a necessitar de intervenção. Não havendo, a essa data, previsão de financiamento comunitário, o Senhor Presidente não priorizou esta intervenção. Contudo - disse este Vereador – em bora hora abriu o Aviso e a Câmara submeterá a candidatura para a realização de uma obra que se deseja bem executada. -----

A Senhora Vice-Presidente sublinhou que o Ministério da Educação não fez qualquer manutenção na referida escola, a qual se torna cada vez mais urgente. -----

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a apresentação da candidatura para financiamento da Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas, no âmbito do Aviso Nº ALT 20–17–2022-05, inserido no Eixo Prioritário 2, na prioridade de investimento 10.5 e na tipologia “MEA – Infraestruturas de Ensino Básico e Secundário”. -----



**Ponto três) Proposta de aprovação do Projeto de execução referente à candidatura da Operação “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas”, no âmbito do Aviso nº ALT20 -17-2022-05; -----**

A Senhora Vice-Presidente solicitou ao Chefe de Gabinete do Senhor Presidente – Dr. Eduardo Luciano que fizesse o enquadramento deste assunto. -----

Disse o Dr. Eduardo Luciano que à data em que foi incluída a Escola de Alcáçovas como necessitando de uma intervenção urgente, havia a expectativa de obtenção de financiamento comunitário para o efeito, tendo efetivamente surgido esta oportunidade que irá terminar a 28 de abril. Havendo um limite de verba disponível para estas candidaturas e existindo escolas, que em termos de prioridades, estarão acima da escola de Alcáçovas, existe, contudo a vantagem deste Município ter tudo preparado para submeter a candidatura, designadamente o respetivo projeto. Acrescentou que embora havendo a possibilidade de apresentar a candidatura em agosto, dispondo de mais tempo, a opção foi apresentá-la já, mesmo sabendo que a verba é limitada. O Dr. Eduardo Luciano agradeceu o esforço, quer da equipa de arquitetura e engenharia, quer da técnica Vanda Viriato, que em tempo “absolutamente record”, possibilitaram que este assunto esteja hoje em discussão. -----

Disse ainda o Dr. Eduardo Luciano que caso não seja obtida agora a aprovação da candidatura, o trabalho está feito e será aproveitada numa próxima oportunidade. -----

Quanto ao nível de intervenção previsto, disse o Dr. Eduardo Luciano que ele é o possível, atendendo ao tempo disponível para preparar o processo, designadamente para a elaboração dos projetos. -----

Quanto ao financiamento desta obra, disse o Dr. Eduardo Luciano que o financiamento integral (100%) respeita apenas ao 2º e 3º ciclos, dado que é o Ministério da Educação que suporta ao 15% não cobertos pelo financiamento comunitário. Quanto ao 1º ciclo e ao Pré-Escolar, caberá ao Município suportar os 15%, sendo que a despesa relativa aos espaços comuns será suportada pelo Ministério e pelo Município, em montante proporcional ao número de alunos de cada ciclo. -----

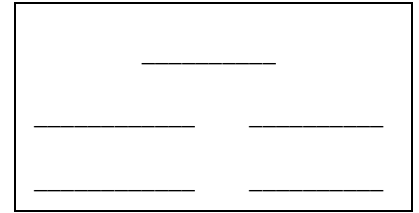
O Dr. Eduardo Luciano pediu desculpa aos Senhores Vereadores pelo facto dos projetos das especialidades não terem seguido a tempo, mas tal não foi mesmo possível. -----

Estiveram presentes os Arquitetos Nelson Rosmaninho e Gustavo Dionísio, da empresa adjudicatária do projeto de arquitetura e o Engenheiro Carlos Algarvio, que elaborou os projetos de especialidades. -----

O Senhora Arquiteto Nelson Rosmaninho procedeu à apresentação do projeto de arquitetura relativo à Requalificação da Escola Básica Integrada de Alcáçovas. -----

Finda a apresentação, a Senhora Vice-Presidente, sendo Educadora de Infância e tendo trabalhado naquela escola durante muitos anos, salientou três aspetos que considera muito positivos: -----

a) O espaço da biblioteca ter deixado de estar no piso superior, contribuindo para visitas dos alunos, com mais frequência; -----



b) Existência de espaços à sombra, permitindo que os alunos aí possam brincar; -----

c) Aproveitamento de um espaço de “arrecadação” para uma sala de expressões. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou referiu que a sua filha frequentou aquela escola e que na qualidade de presidente da Associação de Pais, foram feitas algumas reivindicações, em aspetos que agora se congratula por ver contemplados para serem alterados. Disse esta Vereadora que tendo em conta a apresentação a que acabou de assistir, considera que o aproveitamento do espaço está muito bem feito, felicitando a equipa projetista e desejando os melhores sucessos para a implementação. -----

O Senhor Vereador Luis Mendes, fazendo parte da geração que foi inaugurar a escola (estava à data no 3ºano), disse ser com enorme satisfação que tomou conhecimento do projeto da requalificação, que identifica lacunas de há muito sentidas e prevê melhorias muito significativas. Também este Vereador felicitou a equipa projetista, tendo a oportunidade de “voltar à infância e ver uma escola nova!”. -----

O Senhor Engenheiro Carlos Algarvio, autor dos projetos de especialidades acrescentou que numa intervenção do tipo que está previsto, é necessário implementar medidas para dotar o edifício de maior conforto a nível acústico, térmico, de segurança e de economia de energia. Nesta perspetiva, deu indicação de algumas soluções adotadas. -----

Foi opinião unânime que o envolvimento da direção da escola e de outros elementos conhecedores “do terreno” foi uma mais valia para a elaboração dos projetos. -----

Votada a proposta de aprovação do projeto de execução relativo à Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**Ponto quatro) Proposta de aprovação de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Alcáçovas;** -----

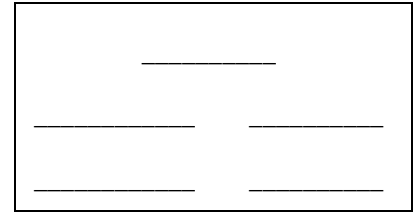
A Senhora Vereadora Sara Grou, atendendo a esta proposta e à proposta constante do ponto seguinte da ordem de trabalhos, perguntou qual o motivo de não ser submetida à Câmara uma proposta de interdição temporária do trânsito em Aguiar, dado que também naquela freguesia irá ter lugar a Corrida da Liberdade. -----

A Senhora Vice-Presidente, sem prejuízo de se certificar e informar posteriormente, referiu que provavelmente não haverá necessidade de interromper o trânsito na freguesia de Aguiar em virtude da realização da Corrida da Liberdade. -----

A Câmara deliberou por unanimidade interditar temporariamente o trânsito automóvel, no dia 25 de Abril, em Alcáçovas, entre as dez e as onze horas, nas seguintes vias de acesso aos percursos da Corrida da Liberdade: -----

- Rua de S. Pedro, no acesso à Avenida Alexandre Herculano (desvio para a rotunda do Chocalho); -----

- Rua de S. Pedro, no acesso à Avenida Alexandre Herculano/ Centro Cultural (desvio para a rotunda do



Chocalho); -----

- Travessa das Amendoeiras, no acesso à Avenida Alexandre Herculano (desvio para o Largo Alexandre Herculano); -----

**Ponto cinco) Proposta de aprovação de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Viana do Alentejo;** -----

A Câmara deliberou por unanimidade interditar temporariamente o trânsito automóvel, no dia 25 de Abril, em Viana do Alentejo, entre as dez e as onze horas, nas seguintes vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade: -----

-Rotunda do Largo 25 de Abril, no acesso à Rua António José de Almeida; -----

-Acesso à Rua do Lagar Velho (desvio para a Rua do Rocio); -----

-Rotunda da Rua do Rocio (junto ao Bairro da Quinta do Marco), no acesso à Rua do Mercado; -----

- Rua do Instituto, no acesso à Rua da Mesquita (desvio para a Rua Brito Camacho); -----

- Rua da Água Abaixo, no acesso à Praça da República (desvio para a Rua Conselheiro José Fernando de Sousa); -----

- Cruzamento da Rua Prof. Manuel Dâmaso Prates, com a Rua Teófilo Braga (desvio para a Rua da Graça);

- Rua dos Fragosos, no acesso à Rua António José de Almeida (desvio para a Rua Adro dos Judeus); -----

- Rua Adro dos Judeus, no acesso à Rua João de Deus (desvio para a Rua Adro dos Judeus). -----

**Ponto seis) Proposta de emissão de parecer favorável relativo à constituição de compropriedade**

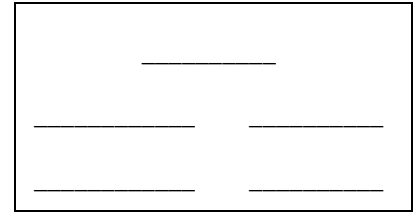
**(Prédio Rústico denominado Vinha Velha)** -----

Nos termos da informação / parecer da Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio misto denominado “Vinha Velha”, inscrito sob o artigo 62º da secção DD, da freguesia de Alcáçovas, na sequência do requerimento apresentado por Mário João Arcadinho Santos Chora, residente em Alcáçovas. -----

**Ponto sete) Proposta de emissão de parecer favorável quanto à revisão do plano da Pedreira “João**

**Marques 2”, sita em Viana do Alentejo;** -----

Nos termos da informação / parecer da Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à revisão do plano da Pedreira “João Marques 2” (Pedreira nº4168), nos termos do disposto na alínea c) do nº7 do artigo 28º do Decreto – Lei nº 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei nº 340/2007, de 12 de outubro, que aprova o Regime Jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais, devendo a entidade exploradora “ Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, LDA”, respeitar as condições indicadas



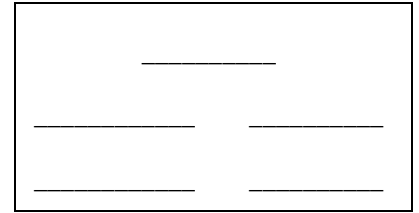
pela CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e pelo Gabinete Técnico Florestal Municipal. -----

**Ponto oito) Proposta de ratificação da 7ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa;** -----

Relativamente a este ponto e ao ponto seguinte, que tratam de propostas de ratificação de alterações permutativas, respetivamente ao Orçamento da Despesa e ao Plano de Atividades Municipais, relacionadas com o aluguer de tendas e stands para a Romaria a Cavalos; a Senhora Vereadora Sara Grou perguntou qual a data da consulta à empresa que tinha apresentado o orçamento de mais baixo e que depois apresentou uma proposta com um valor superior em 3 330,00€ (três mil trezentos e trinta euros), acrescido de IVA, quando já não havia possibilidade de efetuar a adjudicação a uma outra empresa que tinha apresentado o preço de 17 910,00€ (dezassete mil novecentos e dez euros), acrescido de IVA, dado a mesma já não ter disponibilidade. -----

Em conformidade com o solicitado pela Senhora Vice-Presidente, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, mediante consulta do processo respetivo, informou o seguinte: -----

- 1) O pedido da Divisão de Cultura e Desporto, foi entregue no Setor de Compras a 28 de fevereiro de 2023, acompanhado da listagem das características dos equipamentos a alugar. -----
- 2) Dado que o montante estimado do aluguer, se contém no limite do ajuste direto (até 20 000,00€), foram efetuados pedidos de orçamento a diversas empresas e não pedidos de proposta formais. -----
- 3) Os pedidos de orçamento foram feitos pelo Setor de Compras, no dia 6 de março de 2023, solicitando resposta até ao dia 13 de março de 2023 às diversas empresas consultadas. -----
- 4) Houve empresas que informaram de imediato não terem possibilidade de apresentar orçamento. -----
- 5) A Empresa Exoterra, no dia 13 de março de 2023, apresentou um orçamento de 17 910,00€ (dezassete mil novecentos e dez euros) acrescido de IVA. -----
- 6) A Empresa Telfor, no dia 13 de março de 2023, apresentou um orçamento de 16 420,00€ (dezasseis mil quatrocentos e vinte euros), acrescido de IVA. -----
- 7) A Empresa Jetstand, também no dia 13 de março, apresentou um orçamento de 31 408,00€ (trinta e um mil quatrocentos e oito euros), acrescido de IVA. -----
- 8) No dia 13 de março, o Setor de Compras, por email, às 17:28 horas, informou a Divisão de Cultura e Desporto sobre os Orçamentos recebidos e solicitando indicação de qual a empresa a considerar para o procedimento de ajuste direto. -----
- 9) No dia 16 de março de 2023, por inexistência de resposta da Divisão de Cultura e Desporto, verificou-se o envio de um email do Setor de Compras, insistindo na necessidade de resposta. -----



10) No dia 20 de março, a Divisão de Cultura e Desporto, por email, informou que uma vez que a empresa que apresentou o orçamento mais baixo, responde ao que é pretendido, deverá ser essa a ser convidada. -----

11) Entretanto, constatou-se a inexistência de saldo disponível para a abertura do procedimento de ajuste direto com consulta à empresa Telfor, tendo o reforço da respetiva rubrica orçamental sido aprovado pela Câmara a 29 de março de 2023. -----

12) O procedimento de ajuste direto foi aberto a 29 de março de 2023, com pedido de resposta até 11 de abril de 2023. -----

13) A empresa Telfor respondeu, apresentando um preço superior ao preço base fixado e ao orçamento que tinha apresentado anteriormente. -----

14) Questionada a empresa Telfor, esta veio esclarecer que já não tinha disponível a tenda relativamente à qual tinha apresentado orçamento e que para satisfazer o Município teria de recorrer a uma empresa parceira, com o conseqüente aumento de preço do aluguer. -----

15) A 14 de abril de 2023 foi exarado despacho de não adjudicação, dado que o preço apresentado excedia o preço base. -----

16) Foi aberto novo procedimento de ajuste direto, com convite, igualmente à empresa Telfor, com um preço base de 19 750,00€ (dezanove mil setecentos e cinquenta euros) e com prazo de resposta até 19 de abril de 2023. -----

17) As alterações permutativas ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais, efetuadas na sequência do despacho do Senhor Presidente de 14 de abril de 2023 e hoje sujeitas a ratificação, tiveram por objetivo reforçar a rubrica orçamental respetiva, a fim de permitir abrir o novo procedimento o mais rapidamente possível. -----

Votada a proposta de ratificação da 7ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, foi a mesma aprovada com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador Luis Mendes. ----

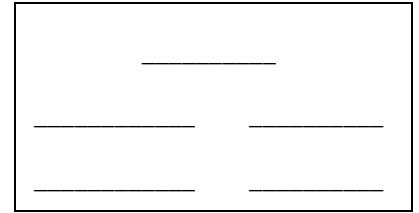
**Ponto nove) Proposta de ratificação da 6ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; ---**

A câmara aprovou, com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador Luis Mendes, a 6ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, relativamente a este ponto e ao anterior, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“As vereadoras do Partido Socialista lamentam mais uma derrapagem na adjudicação da tenda e stands, para a 21ª Romaria a Cavallo “Moita-Viana do Alentejo”. A nossa votação foi no sentido da aprovação, sabendo, contudo, que o Município terá uma despesa a mais de 4 100,00€ (quatro mil e cem euros). Não poderíamos deixar que um evento desta envergadura não tivesse tenda para os espetáculos. Deixamos





mais uma vez a chamada de atenção para os tempos em que devem ser feitas as contratações, com os convites às empresas, pois não podemos contar só com os nossos eventos. A continuar desta forma, as coisas podem vir a correr mal ou até mesmo muito mal". -----

O Senhor Vereador Luis Mendes observou que a dois meses do evento é que o Município "foi ao mercado à procura de preços e que só a um mês do evento é que conseguiu definir a empresa adjudicatária. Havendo tempo, há margem de manobra para negociar e neste caso, o tempo escasseou!"

**Ponto dez) Proposta de aprovação da 8ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----**

Relativamente ao reforço de rubricas de despesa corrente, no montante de 4 650,00€ (quatro mil seiscentos e cinquenta euros), a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia perguntou quais as rubricas da despesa que serviram de contrapartida aos reforços. -----

Pela Chefe da Divisão de Gestão de Recursos foi referido que no documento anexo à proposta de alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais é referido que a rubrica da despesa que serviu de contrapartida aos reforços é a relativa às transferências para as famílias. -----

Com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador Luis Mendes, a Câmara aprovou a 8ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

**Ponto onze) Proposta de aprovação da 7ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; ---**

Com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador Luis Mendes, a Câmara aprovou a 7ª proposta de alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

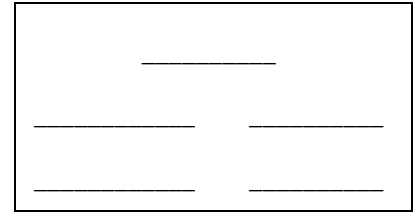
**Ponto doze) Proposta de aprovação da 6ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos;**

Este ponto ficou sem efeito, dado não existir necessidade de submissão de qualquer proposta de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. À data de elaboração da ordem de trabalhos, não havia esta certeza e daí a inclusão deste ponto. -----

Quanto às alterações aos documentos previsionais, o Senhor Vereador Luis Mendes referiu que sem prejuízo de se poderem transferir valores entre as diversas rubricas do orçamento é importante ter a noção de que em todas as reuniões de câmara são submetidas propostas de alteração. Este vereador apelou à necessidade dos serviços "não perderem o fio à meada" para que, quando solicitado, possa ser exibido um quadro com todas as alterações verificadas e com o momento em que as mesmas ocorreram. -----

**Ponto treze) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022.**

A Senhora Vice-Presidente, quanto aos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022, disse que o aumento dos custos se deve essencialmente ao retomar das atividades e à inflação. Quanto ao aumento das despesas com pessoal, a Senhora Vice-Presidente realçou o aumento do número de



trabalhadores, devido à descentralização de competências nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social e também a atualização dos vencimentos. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, disse que na nota introdutória, o Senhor Presidente refere que “durante o ano de 2022 viu a gestão autárquica sofrer alguns reveses com a invasão da Ucrânia pela Rússia e com o processo inflacionário desencadeado, afetando a vida dos cidadãos, principalmente os que vivem com maiores fragilidades.” Contudo, na mesma nota introdutória, o Senhor Presidente refere uma série de obras, “demonstrando o dinamismo colocado na gestão do município”. Disse esta Vereadora que todas as obras elencadas são financiadas pelo Portugal 2020, pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e pelo ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: -----

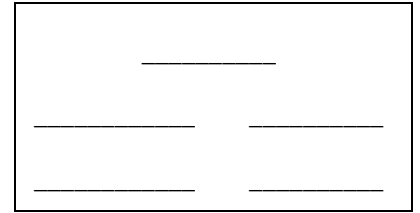
- Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil – Financiamento pelo Portugal 2020; -----
- Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa – Financiamento pelo Portugal 2020 –
- 1ª Fase da Requalificação dos Tanques de Viana do Alentejo – Financiamento pelo Portugal 2020 -----
- Construção da Área de Serviço de Autocaravanismo - Financiamento pelo Portugal 2020 -----
- Postos de Saúde de Alcáçovas e de Aguiar – Iniciativa do Governo, com financiamento a 100% do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) -----
- Construção do Canil Municipal – Financiamento a 100% através de transferência de verbas do Poder Central para o ICNF e deste para os Municípios. -----

Assim, disse a Senhora Vereadora Sara Grou que a gestão autárquica, no que se refere às obras planeadas não implica problemas de gestão pois todas elas são financiadas através de quadros comunitários e/ou através do Plano de Recuperação e Resiliência. -----

Quanto ao aumento do custo de vida e às dificuldades sentidas pelos munícipes, disse esta Vereadora estar de acordo com o referido pelo Senhor Presidente, não se tendo visto nesta prestação de contas qualquer tipo de reforço, por parte do Município, para fazer face ao momento difícil que as pessoas atravessam. -----

Disse ainda esta vereadora que em virtude das competências da Ação Social terem passado para o Município e ter sido celebrado um Protocolo com a Associação Terra Mãe, importa questionar se os apoios do município são tratados pelo serviço de Apoio Social e se foi para lá canalizada alguma verba para acorrer às situações mais urgentes. -----

Quanto ao apoio às Associações, esta Vereadora recordou que numa sessão da Assembleia Municipal, um eleito da CDU perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se os apoios às Associações seriam para manter ou se iriam sofrer alterações. Na ocasião, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que os apoios se manteriam. Disse a Senhora Vereadora Sara Grou constatar que em 2022 se assistiu a uma redução desses apoios pois a média anual rondava os 400 mil euros e em 2022 ficou pelos 330 mil euros.



Quanto ao Programa de Teleassistência Voz Amiga, a Senhora Vereadora Sara Grou referiu que este Programa abrangeu dez idosos durante o período experimental. Perguntou se algum dos idosos aderiu ao Programa e se existe alguma comparticipação do Município para o mesmo, uma vez que se enquadra no combate ao isolamento e à exclusão. -----

Quanto ao Programa ABEM – Rede Solidária do Medicamento, disse esta Vereadora que do conhecimento que tem, no ano de 2022 não foi renovado qualquer cartão de beneficiário deste Programa, não estando por isso a ser obtida qualquer comparticipação em medicamentos. -----

Dado que a situação socioeconómica das pessoas está a sofrer degradação e não melhoria, a Senhora Vereadora Sara Grou perguntou qual a previsão para a entrada em vigor do novo Regulamento de Apoio à comparticipação dos medicamentos, iniciado pelo anterior executivo, com o objetivo de colmatar as situações que não pudessem ser abrangidas pelo Programa ABEM. -----

Relativamente ao Conselho Local de Ação Social, disse a Senhora Vereadora Sara Grou que o Relatório de 2022 não faz qualquer referência ao mesmo, subsistindo a dúvida se o mesmo terá ou não reunido ao longo de 2022, se foi extinto ou se a omissão foi por esquecimento. -----

Referiu ainda esta Vereadora que a taxa de execução das transferências correntes provenientes da Administração Central foi de 101,33%, contribuindo esta rubrica com 52,89% para o total das receitas arrecadadas. -----

Quanto às transferências de capital, a taxa de execução foi de 44,65%, contribuindo esta rubrica com 9,29% para o total das receitas arrecadadas. Disse ainda esta vereadora que entre 2018 e 2022, este último ano foi aquele em que se verificou o montante mais elevado de despesa corrente, existindo um aumento de 26,42% comparativamente à despesa corrente de 2021. -----

Quanto às despesas de capital, houve um decréscimo em 2022, relativamente a 2021, de 24,71%. -----

Esta vereadora acrescentou que em 2022, a despesa global comprometida foi de cerca de dez milhões setecentos e noventa mil euros, sendo a despesa faturada de cerca de nove milhões quinhentos e sessenta mil euros, a despesa paga, de nove milhões quatrocentos e trinta mil euros e sendo de um milhão trezentos e sessenta mil euros o montante dos compromissos que ficaram por pagar e que aumentarão a dívida em 2023. Disse ainda esta Vereadora que em 2021, com três meses de governação CDU, o equilíbrio orçamental foi de setecentos e trinta e dois mil euros e que em 2022, o equilíbrio orçamental foi de cento e dezassete mil euros. Acrescentou que perante estes números, parece que a justificação não poderá passar pela assunção de novas competências que foram descentralizadas pois estas surgem acompanhadas “de um envelope financeiro”. Disse ainda esta Vereadora que o resultado líquido da gestão de 2022 é de 1 250 000,00€ negativos e que tendo em conta que no final de 2022 não



existia qualquer investimento em curso no concelho, importa saber “o que é que temos de fazer”, sendo esta a pergunta deixada ao executivo em regime de permanência. -----

A Senhora Vice-Presidente, quanto aos apoios sociais, disse que por via do Protocolo existente com a Associação Terra Mãe, estão a ser transferidas as verbas nele previstas, não havendo transferência de verbas adicionais. -----

Quanto às verbas transferidas para as Associações, disse a Senhora Vice-Presidente que as mesmas têm correspondido aos pedidos que têm vindo a ser apresentados. -----

Quanto ao Programa de Teleassistência Domiciliária Voz Amiga e quanto ao Programa ABEM, a Senhora Vice-Presidente solicitou à secretária do gabinete de Apoio à Vereação, Vanda Tiago, que esclarecesse os dois assuntos. As informações prestadas foram então as seguintes: -----

- Decorrido o período experimental do Programa de Teleassistência Domiciliária, ficou acordado que o Município suportaria os custos relativamente aos munícipes que desejassem aderir, situação que se está a verificar. -----

- O Regulamento referente ao Programa de Teleassistência Domiciliária ainda está em elaboração, prevendo-se em breve a sua conclusão. -----

- Alguns munícipes que beneficiaram do Programa de Teleassistência Domiciliária no período experimental, desistiram desse apoio. Em contrapartida, chegaram novas solicitações para este apoio e todas têm tido acolhimento. -----

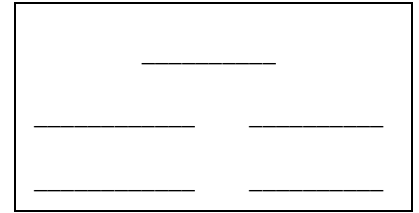
- Está em elaboração o Regulamento Municipal referente aos apoios sociais, a fim de permitir alargar o leque de beneficiários abrangidos pelo Programa ABEM. -----

- O Conselho Local de Ação Social reuniu em dezembro de 2022, embora não conste essa referencia no relatório de atividades. -----

A Senhora Vice-Presidente, relativamente ao “envelope financeiro” que acompanha a transferência de competências, salientou que as verbas transferidas ficam muito aquém das reais necessidades. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou observou que, no tocante à transferência de competências em matéria de Saúde, apenas 49% dos municípios aceitou essa transferência. Disse que no caso de Viana do Alentejo, a aceitação das competências na área da Saúde foi acompanhada da possibilidade de construção de duas estruturas novas no concelho, concluindo-se que “não há bela sem senão!” -----

Por indicação da Senhora Vice-Presidente, o Técnico Superior João Murteira, afeto ao Setor de Contabilidade do Município, referiu o seguinte, no seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou acerca dos documentos de prestação de contas: -----



- As transferências correntes foram de montante superior ao previsto, dado que à data da elaboração do orçamento municipal, não havia certezas quanto ao montante a receber por via da descentralização de competências, tendo o montante sido estimado da forma possível à data. -----

- Quanto às transferências de capital, a verba inscrita no orçamento municipal, teve em conta a previsão de recebimento de verbas para a obra de requalificação da Escola Dr. Isidoro de Sousa, a qual não se veio a concretizar em 2022. Daí a baixa execução da rubrica de transferências de capital e, conseqüentemente, do total das despesas de capital. -----

- Apesar do resultado líquido negativo, a tónica deverá ser colocada no resultado operacional, este positivo. -----

O Senhor Vereador Luis Mendes referiu que a força política que representa - VIVA - olha para este documento de prestação de contas de 2022 como um documento eminentemente político, embora tenha características técnicas que foram aqui explicadas. -----

Disse este Vereador que a avaliação que irá fazer é uma avaliação política, em consonância com a avaliação que foi feita pelo VIVA, aquando da apresentação da proposta dos documentos previsionais para 2023, entendendo como negativo o ano de mandato de 2022 do atual executivo em regime de permanência, da CDU. -----

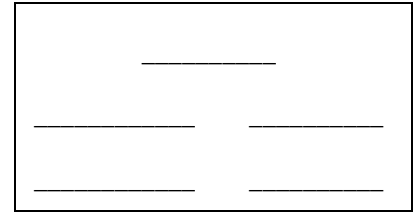
Este Vereador acrescentou que as dez propostas do VIVA, enquadradas nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para 2022, não foram concretizadas, tal como não foram concretizadas as propostas que a própria CDU, apressadamente apresentou ao eleitorado no último dia de campanha, propondo-se cumprir-las nos primeiros seis meses de mandato. Assim, disse este vereador que não foram concretizadas as propostas do VIVA, incluídas nos Documentos Previsionais para 2022 e que permitiram viabilizar a aprovação desses documentos, concretamente: -----

- Reduzir a taxa de participação variável do IRS de 5% para 0%. Nesta situação, os 5% são devolvidos aos municípios sob a forma de desconto no IRS. – *Cumprido metade do propósito (IRS passou de 5% para 2,5%).* -----

- Criar o Centro Tecnológico de Produção e Preservação da Arte Oleira em Viana do Alentejo – *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----

- Criar um Espaço de Incubação da Atividade Chocalheira em Alcáçovas – adaptação do Mercado Municipal em Alcáçovas (incluindo outras atividades económicas) — *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----

- Criar a Área de Acolhimento Empresarial em Aguiar de forma a aproximar o concelho de Viana do Alentejo ao cluster aeronáutico — *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----

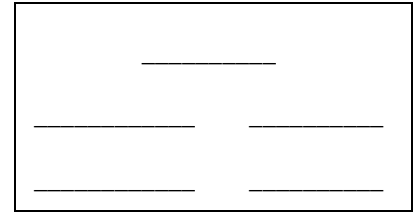


- Criar condições para o alargamento das Zonas Industriais do concelho (Alcáçovas e Viana do Alentejo) – *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----
- Criar o Observatório do Tratado das Alcáçovas no Paço dos Henriques em Alcáçovas – *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----
- Criar o Projeto ECO AQUA - Programa para captação e aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis em Viana do Alentejo. Recuperação e refuncionalização dos Fontanários e Tanques Públicos – *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----
- Requalificar o bairro pré-fabricado em Aguiar - *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----
- Criar o Centro Interpretativo da Arte Chocalheira, preferencialmente no antigo cinema em Alcáçovas - *Não Cumprida, apesar do VIVA ter solicitado apenas os projetos técnicos.* -----
- Criar o Gabinete de Apoio ao Associativismo, com apoio técnico em vários domínios, incluindo a elaboração de candidaturas a fundos nacionais e comunitários – *Não Cumprida.* -----

O Senhor Vereador Luís Mendes sublinhou que aquilo em que o VIVA insistiu e que sempre foi conversado com o executivo em regime de permanência, era a elaboração dos projetos técnicos, tendo em conta a preparação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários e posterior execução física das obras. -----

Disse ainda este Vereador que o executivo em regime de permanência, para além de não ter cumprido aquilo a que se tinha comprometido com o VIVA, também não cumpriu aquilo que a própria CDU prometeu, sendo o documento de prestação de contas de 2022, revelador do que a CDU não fez, concretamente: -----

- Iniciar Processo de Melhoramento dos Parques Escolares, Jardim de Infância e 1º Ciclo do Concelho – *Não Cumpriu* -----
- Iniciar processo de revisão dos Regulamentos das Associações Desportivas e Culturais do concelho – *Não Cumpriu* -----
- Reforço de Ecopontos e contentores do lixo do concelho – *Não Cumpriu* -----
- Negociação com a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo para a aquisição da fazenda na Serra de Viana do Alentejo, com vista à construção de um espaço de lazer – *Não Cumpriu* -----
- Implementar medidas para reduzir a velocidade, à entrada das vilas – *Não Cumpriu* -----
- Melhoramento da iluminação nos jardins públicos, postes de iluminação do Largo da Capela de São Sebastião – *Não Cumpriu* -----
- Melhoramento do acesso ao Parque Infantil do Jardim Público de Aguiar e alteração da posição dos Equipamentos Multiusos – *Não Cumpriu* -----



- Colocação de sinal de trânsito Proibido a Pesados e Caravanas na Rua Dr. António José de Almeida, junto ao Cineteatro Vianense e Estrada de Vila Nova (Rua da Creche) - *Não Cumpriu* -----

- Limpezas e pequenos arranjos dos cemitérios do concelho – *Não Cumpriu* -----

O Senhor Vereador Luis Mendes concluiu, referindo que o executivo em regime de permanência, se nem sequer cumpriu aquilo a que a própria CDU se comprometeu, muito menos cumpriu aquilo a que se havia comprometido com as outras forças políticas. Daí que a avaliação política do documento em apreço seja francamente negativa, revelando bem, na opinião do VIVA, que o ano de mandato da CDU foi um fracasso. -----

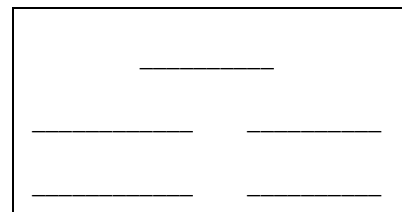
A Senhora Vice-Presidente referiu que a opinião do executivo em regime de permanência é diferente, considerando que muitas coisas foram feitas, realçando que a obra de requalificação da Escola Básica Dr. Isidoro de Sousa “tem dado imenso trabalho” tal como outras coisas mais, realçando, de entre elas, o processo relativo à descentralização de competências “que não estava previsto”. Também a Senhora Vice-Presidente frisou que a não aprovação do mapa de pessoal para 2023, implica que muitas das coisas não possam avançar. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, relativamente à argumentação da Senhora Vice-Presidente disse que a descentralização de competências vem de 2018, não se podendo afirmar que isto não estava previsto. Apesar de ainda não terem sido aceites, era do conhecimento de todos que haveria um prazo limite para a aceitação das competências transferidas do Poder Central, ou seja, os candidatos à Câmara Municipal sabiam, perfeitamente, que teriam de se confrontar com este processo. -----

Quanto ao mapa de pessoal, disse esta Vereadora que sem prejuízo da necessidade de admissão de algumas pessoas, outras haverá que terão de ser reaproveitadas, podendo exercer outras tarefas. Acrescentou que quem se candidata a um cargo, tem de conhecer as especificidades do mesmo, sabendo de antemão que não irá encontrar “só maravilhas”. -----

Ainda em relação à argumentação da Senhora Vice-Presidente, o Senhor Vereador Luis Mendes disse que “a inflação tem costas largas, tal como a COVID-19 e tal como a descentralização de competências.” Contudo - disse este Vereador – a avaliação do documento de prestação de contas é política porque tem subjacente os números que foram fruto de decisões e opções políticas que, na opinião do VIVA, estão erradas. -----

Relativamente a exigências legais no âmbito da Prestação de Contas de 2022, há que observar o disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2022, publicada no Diário da República de 5 de janeiro de 2023, bem como a Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019, publicada no Diário da República de 6 de



março de 2019. Nos termos do número 4.1 do Ponto IV – Notas Técnicas desta Instrução, expressa-se o seguinte relativamente aos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022: -----

1.Total do ativo/património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço): -----

a) Total do Ativo – 27 521 868,02 € (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e sessenta e oito euros e dois cêntimos) -----

b) Património Líquido - 23 460 164,18 € (vinte e três milhões quatrocentos e sessenta mil cento e sessenta e quatro euros e dezoito cêntimos) -----

c) Total do Passivo – 4 061 703, 84 € (quatro milhões sessenta e um mil setecentos e três euros e oitenta e quatro cêntimos) -----

2.Rendimentos e Gastos (DR)-----

a) Rendimentos – 8 343 729, 22 € (oito milhões trezentos e quarenta e três mil setecentos e vinte e nove euros e vinte e dois cêntimos) -----

b) Gastos – 9 596 965, 61€ (nove milhões quinhentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos) -----

3.Resultado Líquido - (- 1 253 236,39€) (um milhão duzentos e cinquenta e três mil duzentos e trinta e seis euros e trinta e nove cêntimos negativos) -----

4.Recebimentos e Pagamentos (DFC)-----

a) Recebimentos – 8 719 383,34 € (oito milhões setecentos e dezanove mil trezentos e oitenta e três euros e trinta e quatro cêntimos) -----

b) Pagamentos – 9 367 124,40 € (nove milhões trezentos e sessenta e sete mil cento e vinte e quatro euros e quarenta cêntimos) -----

5.Desempenho Orçamental (Recebimentos e pagamentos) (DDO)-----

a) Recebimentos – 10 475 063,74 € (dez milhões quatrocentos e setenta e cinco mil e sessenta e três euros e setenta e quatro cêntimos) -----

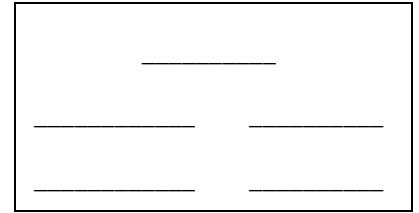
b) Pagamentos – 8 465 342,16 € (oito milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e dois euros e dezasseis cêntimos) -----

6. Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria) -----

a) Saldo inicial de Operações Orçamentais – 2 009 721,58 € (dois milhões nove mil setecentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos) -----

b) Saldo final de Operações Orçamentais – 1 355 177,20 € (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta e sete euros e vinte cêntimos) -----





c) Saldo inicial de Operações de Tesouraria – 155 690,87 € (cento e cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa euros e oitenta e sete cêntimos) -----

d) Saldo final de Operações de Tesouraria – 162 494,19 € (cento e sessenta e dois quatrocentos e noventa e quatro euros e dezanove cêntimos) -----

Votados os Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, foram os mesmos aprovados com dois votos favoráveis, duas abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Maria Gertrudes Garcia e um voto contra por parte do Senhor Vereador Luis Mendes. -----

Com idêntica votação, foi deliberado transferir o resultado líquido negativo (-1 253 236,39€) para a conta 56 – Resultados Transitados. -----

O Senhor Vereador Luis Mendes disse que os motivos do seu voto contra foram enunciados anteriormente, quando se referiu aos incumprimentos, quer das propostas do VIVA, quer das próprias propostas da CDU. -----

Terminada a ordem de trabalhos, o Senhor Vereador Joaquim Maria Bento informou ter apurado que a Corrida da Liberdade, em Aguiar, terá lugar no Jardim Público, não sendo necessário proceder a qualquer interrupção do trânsito automóvel naquela freguesia. -----

A Senhora Vice-Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi.

A Vereadora, por ausência do Presidente

Os Vereadores